

delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de primeiro-cabo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares, em regime de contrato, a seguir identificados:

- Segundo-cabo RC, 672 — CAR, NIM 08095400, António Francisco Pinto Rico Miranda — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 678 — CAR ESCRIT, NIM 13953801, Mário Jorge Vilela Torres — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 731 — MEC ELECTRIC AUTO, NIM 08370896, Gonçalo Alexandre Duarte Pinto — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 651 — secretariado, NIM 01190201, Nélson André Gomes Marques — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 672 — CAR, NIM 03393199, Filipe Alexandre Alves Lopes — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 755 — MEC RADAR, NIM 04124001, Vítor Manuel Simões Guimaro — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 651 — secretariado, NIM 09512700, Pedro Tiago Fernandes Raposo — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 317 — CONST DES, NIM 03043298, João Avelino Gregório de Brito — antiguidade desde 8 de Fevereiro de 2004.
- Segundo-cabo RC, 620 — cozinheiro, NIM 10788301, Ricardo Valador Rocha — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 651 — secretariado, NIM 02246401, Nélcio Filipe Monteiro de Carvalho — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 722 — MEC V AUTO, NIM 08122602, André de Paiva Martinho — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 427 — TRANS, NIM 01455001, Romeu Jorge Freitas dos Santos — antiguidade desde 5 de Janeiro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 024 — MORT MED, NIM 00131498, Jorge Manuel Barradas Soares — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 031 — atirador, NIM 06585597, Paulo Jorge Marques César — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 031 — atirador, NIM 18850198, António José Custódio Cuco — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 031 — atirador, NIM 04374800, Marco Luís Lopes Rodrigues — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 031 — atirador, NIM 10384800, Fernando de Jesus Afonso Ferreira — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 031 — atirador, NIM 11785300, João Filipe Fernandes Rodrigues — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 039 — COND VBTP, NIM 12843598, Dino Loureiro Marques Rita — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 039 — COND VBTP, NIM 02660099, Marco Paulo Ferreira dos Santos — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 039 — COND VBTP, NIM 04092099, João Miguel Fernandes Ferreira Gonçalves — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 039 — COND VBTP, NIM 13411099, Carlos de Oliveira Silva — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 039 — COND VBTP, NIM 09486700, Pedro Manuel Cardoso da Silva — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 501 — socorrista, NIM 03062799, Paulo Miguel Seixo Lima — antiguidade desde 4 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 010 — A CAR, NIM 13954399, Bonifácio Olímpio Pina — antiguidade desde 19 de Julho de 2005.
- Segundo-cabo RC, 024 — MORT MED, NIM 12530896, Luís Miguel de Oliveira Pereira — antiguidade desde 19 de Abril de 2005.
- Segundo-cabo RC, 024 — MORT MED, NIM 02573798, José Carlos Azevedo de Carvalho — antiguidade desde 19 de Abril de 2005.
- Segundo-cabo RC, 024 — MORT MED, NIM 16990298, Amaro José dos Santos Silva — antiguidade desde 19 de Julho de 2005.
- Segundo-cabo RC, 437 — OPER TT, NIM 06935799, Hélder Fernando Carvalho Borges — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 031 — atirador, NIM 05395198, Carlos Alberto Ferreira Alves — antiguidade desde 19 de Julho de 2005.
- Segundo-cabo RC, 031 — atirador, NIM 17511799, Nuno José Ferreira de Brito — antiguidade desde 19 de Julho de 2005.
- Segundo-cabo RC, 651 — secretariado, NIM 07208397, Hélder Armando Ruivo Castelo — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 672 — CAR, NIM 08708200, Luís Filipe Lopes Romão — antiguidade desde 15 de Novembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 020 — morteiro, NIM 12956201, Bruno Alexandre Fernandes Gomes da Costa — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 031 — atirador, NIM 19944900, Ricardo José Andrade Gomes — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 366 — PINT CONST, NIM 00252700, Bruno José da Silva — antiguidade desde 4 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 772 — REAB MAT, NIM 04261299, Luís Miguel Vasques de Sousa — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 110 — AA BF REB, NIM 01047499, Luís Tiago Andrade Campos — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 501 — socorrista, NIM 03261998, Cátia de Jesus Gonçalves Marques — antiguidade desde 4 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 772 — REAB MAT, NIM 12017097, Alípio António Martins Salgado — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 620 — cozinheiro, NIM 14328800, Hugo Miguel dos Santos Teixeira — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 061 — OP ESP, NIM 01566700, Sandro Emanuel Gonçalves Figueiredo — antiguidade desde 27 de Setembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 061 — OP ESP, NIM 10036600, Carlos Alberto de Almeida Correia — antiguidade desde 27 de Setembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 061 — OP ESP, NIM 16496500, Miguel Ângelo dos Santos Martins — antiguidade desde 27 de Setembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 061 — OP ESP, NIM 08217801, Rui Manuel da Rocha Braga — antiguidade desde 27 de Setembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 061 — OP ESP, NIM 08867901, Edgar Filipe Azevedo da Maia — antiguidade desde 27 de Setembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 061 — OP ESP, NIM 02637802, Ricardo Daniel Gomes Monteiro — antiguidade desde 27 de Setembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 061 — OP ESP, NIM 03304902, José Henrique Gomes de Oliveira — antiguidade desde 27 de Setembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 061 — OP ESP, NIM 05906102, José Carlos Rodrigues Magalhães — antiguidade desde 27 de Setembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 061 — OP ESP, NIM 14318102, João Pedro Correia Robin de Andrade — antiguidade desde 27 de Setembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 061 — OP ESP, NIM 19199002, Rui Filipe Martins Lima — antiguidade desde 27 de Setembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 061 — OP ESP, NIM 19410602, José António Martins de Oliveira — antiguidade desde 27 de Setembro de 2005.
- Segundo-cabo RC, 620 — cozinheiro, NIM 17956600, Bruno Filipe Martinho Mendonça Albuquerque — antiguidade desde 8 de Julho de 2005.
- Segundo-cabo RC, 136 — CAMP BF LIG, NIM 12924697, Márcio Jorge Magalhães dos Santos — antiguidade desde 2 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 360 — OP EQ PES ENG, NIM 11914897, Vítor Manuel Correia Cardoso — antiguidade desde 4 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 713 — MEC ARM LIG, NIM 34784293, António Costa Moreira dos Santos — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.
- Segundo-cabo RC, 149 — CAMP DIR TIR, NIM 14716698, Patrício Rúben Amaro Vinagreiro — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 437 — OPER TT, NIM 19323600, João Maria Júlio Serra — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 781 — carpinteiro, NIM 18262000, Mário Jorge de Jesus Costa — antiguidade desde 4 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 263 — PE, NIM 02614400, Carlos Miguel Filipe Teixeira Casaca — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 263 — PE, NIM 06826601, Octávio Manuel Ferreira Guedes — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 031 — atirador, NIM 16290095, Manuel José Rosa da Silveira — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 670 — CAR MEC VIA AUT, NIM 11360501, Marco Paulo Meirinho Ramos — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 672 — CAR, NIM 18414298, Paulo Martinho Mendonça de Medeiros — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 031 — atirador, NIM 06410299, Bruno Filipe Santos Correia — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.
- Segundo-cabo RC, 713 — MEC ARM LIG, NIM 18681601, Germano José Jardim Ferreira — antiguidade desde 3 de Maio de 2005.

4 de Janeiro de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 1350/2006 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo dos artigos 19.º, n.º 4, e 28.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, conjugados com os n.ºs 2 e 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de Julho, são nomeados vice-presidentes do Instituto de Reinserção Social os licenciados José Ricardo Marques da Silva Nunes, Manuel Branco Mendes e Luís Filipe Paulo Brandão, possuidores de competência técnica, aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das respectivas funções.

O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Janeiro de 2006.

5 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

ANEXO I

Síntese curricular

José Ricardo Marques da Silva Nunes, 41 anos, casado, natural de São Domingos de Benfica, Lisboa e residente nas Caldas da Rainha. Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987;

Mestrado em Cultura e Literatura Portuguesas — Época Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

Experiência profissional:

Em 4 de Abril de 1989, foi admitido no Instituto de Reinserção Social como técnico superior da carreira de reinserção social. É técnico superior principal;

Em 30 de Julho de 1996, foi nomeado chefe da Divisão de Coordenação e Apoio Técnico do Núcleo de Extensão das Caldas da Rainha e, em 6 de Julho de 1999, foi nomeado director do Departamento de Coordenação e Apoio Técnico da Delegação Regional de Lisboa, em regime de substituição;

Pela resolução n.º 44/2001 (2.ª série), de 15 de Março de 2002, do Conselho de Ministros, foi nomeado encarregado da missão para o sistema de monitorização electrónica de arguidos; Com efeitos a 7 de Novembro de 2002, foi nomeado vice-presidente do Instituto de Reinserção Social, com competências delegadas referentes à actividade das equipas e à vigilância electrónica e correspondentes departamentos dos serviços centrais;

Ao longo da sua carreira profissional no Instituto de Reinserção Social foi formador em diversas acções de formação internas e dirigidas a magistrados e advogados;

Apresentou comunicações sobre temas relacionados com a justiça penal e de menores em congressos, colóquios e reuniões; Participou em grupos de trabalho sobre temáticas relativas à intervenção do Instituto de Reinserção Social e na concepção de programas dirigidos a grupos específicos de delinquentes (crimes contra o património, delitos estradais);

Participou em seminários e reuniões da Conferência Europeia de Prova (CEP) (Edimburgo, 1996; Lugano, 2004; Barcelona, 2005) e no congresso «Probation 2000» (Londres, 2000), sobre justiça penal e de menores, bem como em encontros internacionais sobre vigilância electrónica organizados pela CEP (Holanda, 2001 e 2005) e pelo Max Planck Institut (Alemanha, 2002);

Representante do Ministério da Justiça na Rede Europeia de Prevenção Criminal, desde 2002;

Foi responsável pela implementação do programa experimental de vigilância electrónica, iniciado em 1 de Janeiro de 2002, e pelos trabalhos conducentes ao alargamento do programa de vigilância electrónica a todo o território nacional, concretizado a partir de 1 de Março de 2005;

Iniciou, a partir de 2003, o processo de implementação de novas orientações técnicas e de avaliação de resultados, no domínio das jurisdições penal (apoio técnico às decisões dos tribunais; trabalho a favor da comunidade) e tutelar educativa (apoio técnico às decisões dos tribunais; acompanhamento educativo; tarefas a favor da comunidade; programa de mediação e reparação), bem como a preparação de novas orientações respeitantes à intervenção no âmbito de processos tutelares cíveis e à execução de sanções probatórias e à criação ou reformulação de programas dirigidos a problemáticas criminais específicas;

Participou nos trabalhos da comissão de estudo e debate da reforma do sistema prisional (CEDERSP) (2003-2004) e fez parte dos grupos de trabalho que, na sua sequência, prepararam propostas de lei da execução das penas e medidas privativas da liberdade e de lei do tribunal de execução das penas; Representa o Instituto de Reinserção Social no conselho consultivo da Unidade de Missão para a Reforma do Sistema Penal.

ANEXO II

Síntese curricular

1 — Dados pessoais — Manuel Branco Mendes, 54 anos, natural do concelho e freguesia de Gavião.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Psicologia, variante de Psicologia Clínica, no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (1976), com a classificação final de 14 valores.

3 — Percurso profissional no Instituto de Reinserção Social:

Categoria actual — assessor principal da carreira técnica superior de reinserção social;

Funções desempenhadas:

Director regional de Lisboa e Vale do Tejo (desde 11 de Novembro de 2002);

Director do Centro Educativo Padre António de Oliveira (de 5 de Julho de 1995 a 10 de Novembro de 2002);

Director do Instituto de S. Domingos de Benfica (de 11 de Novembro de 1991 a 4 de Julho de 1995);

Coordenador da equipa do Círculo de Sintra (de 1 de Março de 1990 a 10 de Novembro de 1991);

Coordenador da equipa junto ao Estabelecimento Prisional de Sintra (de 8 de Março de 1988 a 10 de Novembro de 1991);

Técnico superior de reinserção social em exercício de funções na equipa junto ao Estabelecimento Prisional de Monsanto (de 2 de Fevereiro de 1987 a 7 de Março de 1988).

4 — Outras actividades relevantes:

Co-autoria do relatório «A problemática dos jovens em conflito com a lei em Cabo Verde», no âmbito da missão realizada naquele país enquadrada pelo Gabinete para as Relações Internacionais Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça (Maio de 2004);

Concepção e execução de diversas acções de formação destinadas a funcionários do Instituto de Reinserção Social no âmbito da qualidade dos serviços e das problemáticas da adolescência e da delinquência;

Participação em diversos colóquios, seminários, congressos e programas no âmbito da comunicação social, apresentando temas relacionados com as problemáticas da delinquência, da reinserção social e com a organização e funcionamento dos centros educativos;

Assegura a cadeira de Reinserção Social (licenciatura) e o seminário de Sistemas/Contextos Prisionais e Reabilitação (pós-graduação) no âmbito da licenciatura em Reabilitação Social e Inserção Social do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

ANEXO III

Síntese curricular

Identificação — Luís Filipe Paulo Brandão, nascido em 23 de Abril de 1965, casado, natural de Lisboa.

Habilitações literárias — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau, em 1995, tendo o conselho científico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em sessão de 25 de Setembro de 1996, deliberado reconhecer a equivalência da sua licenciatura em Direito, com a média final de 14 valores.

Experiência profissional:

Desde Março de 2005 — adjunto do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça;

Desde Janeiro de 2004 — perito na área da contratação pública de bens e serviços, no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), da Procuradoria-Geral da República, designado por despacho do conselheiro Presidente do Tribunal de Contas;

De Janeiro a Março de 2005 — técnico superior do quadro de pessoal do Tribunal de Contas, colocado no Departamento de Auditoria IX (Sector Público Empresarial);

De Fevereiro de 2001 a Janeiro de 2005 — técnico superior do quadro de pessoal do Tribunal de Contas colocado no Departamento de Controlo Concomitante (UAT II);

De Setembro de 1999 a Fevereiro de 2001 — técnico superior do quadro de pessoal do Tribunal de Contas colocado 3.ª Contadaria do Visto;

De Agosto de 1996 a Setembro de 1999 — técnico superior do quadro de pessoal da Direcção dos Serviços de Finanças de Macau, tendo exercido funções no Gabinete de Estudos, Departamento Técnico-Jurídico, e na Divisão de Notariado.

Formação complementar (cursos):

«Extensão universitária em direito administrativo», ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau;

«Contabilidade básica para não financeiros», Ministrado pelo Tribunal de Contas;

«Processo de elaboração do Orçamento do Estado — Lei de enquadramento e estabilidade orçamental», ministrado pelo Tribunal de Contas;

- «Lei de enquadramento e estabilização orçamental», ministrado pelo Tribunal de Contas;
- «Receita, despesa, défice na óptica da contabilidade e do Pacto de Estabilidade e Crescimento», ministrado pelo Tribunal de Contas;
- «POC — Administração Pública — Instruções do Tribunal de Contas», ministrado pelo Tribunal de Contas;
- «Reforma da administração financeira do Estado — Tesouraria do Estado, plano de contas do Tesouro», ministrado pelo Tribunal de Contas;
- «Gestão financeira», ministrado pelo Tribunal de Contas;
- «Regime de realização de despesas públicas e aquisição de bens e serviços», ministrado pelo Tribunal de Contas;
- «Regime jurídico de empreitadas e obras públicas», ministrado pelo Tribunal de Contas;
- «Avaliação de sistemas de controlo interno», ministrado pelo Tribunal de Contas;
- «Sistemas de informação para a gestão (gestão pública)»;
- «Estrutura e redação de relatos em auditoria», ministrado pelo Tribunal de Contas;
- «Princípios, métodos e técnicas de auditoria», ministrado pelo Tribunal de Contas;
- «Técnicas de análise de contratos», ministrado pelo Tribunal de Contas;
- «Contratos comerciais — *Leasing* e *factoring*», ministrado pelo Tribunal de Contas.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 1351/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 8 do despacho n.º 15 482/2005 (2.ª série), do director nacional da Polícia Judiciária, Dr. José António Henriques dos Santos Cabral, de 4 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 18 de Julho de 2005, subdelego no director nacional-adjunto a Directoria de Lisboa, licenciado Carlos Alberto Lopes Farinha, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e locação e aquisição de bens e serviços, nos termos dos artigos 4.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao montante de € 49 000.

Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados ou que venham a sê-lo até à data da publicação do presente despacho.

9 de Janeiro de 2006.—O Director Nacional-Adjunto, *Paulo Rebelo*.

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento
do Território e das Cidades

Despacho n.º 1352/2006 (2.ª série). — No exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional pelo despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e ao abrigo do disposto nos artigos 1.º, 13.º, n.º 1, e 14.º, n.º 1, do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, com os fundamentos constantes da informação n.º 316/DSJ, de 30 de Novembro de 2005, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, declaro a utilidade pública da expropriação, com carácter urgente, da parcela identificada no mapa e na planta de expropriações anexos ao presente despacho e que dele fazem parte integrante, necessária à execução do projecto de construção do Parque Urbano de Albarquel, previsto no Plano Estratégico da SetúbalPolis, S. A., a desenvolver no município de Setúbal, a favor de SetúbalPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, S. A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 317/2001, de 10 de Dezembro.

Os encargos com a expropriação são da responsabilidade da SetúbalPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, S. A.

22 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Mapa de áreas							Concelho de Setúbal.
Parque Urbano de Albarquel							
Parcela	Nome e morada dos interessados	Freguesia	Matriz	Descrição predial	Confrontações	Natureza da parcela	Área
	António Xavier de Lima, Rua de 25 de Abril, 11, 8.º, 2845-389 Amora (proprietário).	Nossa Senhora da Anunciada	Rústica, n.º 1, secção H-H1	00188	Norte: Estrada Nacional n.º 10-4 Sul: parque de campismo e domínio público marítimo. Este: moradia e parque de campismo. Oeste: instalações militares — Forte de Albarquel.	Equipamento e serviços públicos.	18 412 m²